



**CENTRO UNIVERSITARIO DO NORTE-UNINORTE**  
**DISCIPLINA: PLANEJAMENTO TRIBUTARIO AVANÇADO**  
**Profº. Luiz Carlos Pedrosa Araújo**

---

Aluno (a): \_\_\_\_\_  
Matricula: \_\_\_\_\_ Unidade: \_\_\_\_\_.

1) No mês de janeiro de 20X1, o município de Petrolina efetuou a emissão dos boletos de pagamento do IPTU municipal com vencimento para março, abril e maio de 20X1. Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Ocorrida a arrecadação do IPTU, pela prefeitura de Petrolina, durante o exercício de 20X1, a referida receita será classificada como receita patrimonial.

Certo ou Errado

Justifique sua resposta:

---

---

---

---

2) No mês de janeiro de 20X1, o município de Petrolina efetuou a emissão dos boletos de pagamento do IPTU municipal com vencimento para março, abril e maio de 20X1. Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Esgotado o prazo fixado para o pagamento do IPTU, o município deverá fazer a inscrição no cadastro de dívida ativa daqueles que não tiverem recolhido o imposto municipal, para viabilizar a cobrança judicial do IPTU.

Certo ou Errado

Justifique sua resposta:

---

---

---

---

3) Considerando o que dispõe a CF, julgue o item a seguir, a respeito das limitações do poder de tributar, da competência tributária e das normas constitucionais aplicáveis aos tributos. Compete aos municípios instituir o ITCMD.

Certo ou Errado

Justifique sua resposta:

---

---

---

---

4) Considere que o Estado do Ceará tenha inscrito o cidadão João de Tal em dívida ativa pelo não pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Quanto à execução fiscal correspondente, é correto afirmar que:

- A. A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial, devendo ser indeferida se solicitada posteriormente.
- B. A execução pode ser proposta contra o devedor, vedada a propositura em face do fiador, do espólio e dos sucessores do devedor.
- C. A intimação do representante judicial da Fazenda Pública deve ser feita por edital, publicado três vezes em intervalos de quinze dias.
- D. O cancelamento da certidão de dívida ativa, por iniciativa da própria Fazenda Pública, é uma das causas de extinção da execução fiscal.

5) Julgue o item a seguir, em relação aos impostos discriminados na CF.

O sujeito passivo do ICMS não pode, ainda que de boa-fé, aproveitar os créditos decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea e emitida em virtude de efetiva concretização do negócio jurídico de compra e venda.

Certo ou Errado.

Justifique sua resposta:

---

---

---

---

6) Com relação ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, analise as afirmativas a seguir.

- I. É um imposto de competência tributária privativa da União.
- II. Incide sobre a importação e a exportação de mercadorias para o exterior.
- III. Caracteriza-se por ser não-cumulativo.

Está correto o que se afirma em

- A. I, apenas.
- B. II, apenas.
- C. III, apenas.
- D. I e III, apenas.
- E. I, II e III.

7) Assinale a opção em que o tributo apresentado é seguido de sua correta classificação.

- A. imposto de renda de pessoa física (IRPF) — direto, progressivo, pessoal
- B. imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) — direto, regressivo, proporcional
- C. imposto sobre produtos industrializados (IPI) — monofásico, progressivo e proporcional
- D. imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) — real, variável, não proporcional

E. imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) — pessoal, regressivo, proporcional

8) Com base na legislação vigente do ICMS, Pedro e Álvaro são sócio da empresa Amazônia Comercio LTDA, empresa do ramos de embalagens. O sócio pretende fazer aquisição de uma máquina no valor de R\$ 25.000,00, do estado de São Paulo, que vai melhorar a produção de suas embalagens.

Responda detalhadamente: O que acontecera se os sócios fizerem a aquisição dessa máquina.

---

---

---

---

---

9) No dia 10/6/2019, a empresa Alfa Ltda., situada no estado de Pernambuco, realizou operação de comercialização de três mil camisetas à empresa Beta Ltda., situada no estado de Alagoas e contribuinte do ICMS nesse estado, com o objetivo de que a entrega fosse realizada em até vinte dias. A empresa Alfa Ltda. produz internamente todos os insumos necessários para a fabricação das camisetas. Na nota fiscal, constavam as seguintes informações:

- valor da mercadoria: R\$ 60.000;
- valor do IPI: R\$ 3.000;
- valor do frete: R\$ 500;
- valor do seguro: R\$ 500.

A mercadoria, que estava sujeita ao regime de pagamento antecipado do ICMS, foi retirada do estabelecimento localizado no estado de Pernambuco no dia 15/6/2019 e chegou ao estado de Alagoas em 17/6/2019, dia em que foi entregue à empresa destinatária. Em setembro de 2019, a mercadoria adquirida pela empresa Beta Ltda. foi totalmente vendida, para não contribuintes do ICMS no estado de Alagoas, no valor de R\$ 120.000.

A alíquota interestadual aplicável para operações entre esses dois estados é de 12% e a alíquota interna de ICMS para camisetas em Alagoas é de 17%. Há decreto do Poder Executivo estadual especificando como 0% o percentual de agregação para fins da antecipação do ICMS para as camisetas.

Considerando essa situação hipotética, redija um texto, respondendo, de modo fundamentado, aos seguintes questionamentos.

1 Em que momento se considera ocorrido o fato gerador do ICMS na operação entre as citadas empresas?

---

---

---

---

---

10) Em 10/1/2019, a empresa Alfa Ltda., atuante no segmento de comércio de produtos farmacêuticos na cidade de Maceió – AL, protocolou na SEFAZ/AL um pedido de compensação do ICMS, alegando um crédito retroativo apurado pela não cumulatividade do tributo. No entanto, as notas fiscais de entrada apresentadas pela empresa referiam-se a mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, ou seja, com recolhimento antecipado do imposto pelo fornecedor distribuidor das mercadorias. Apesar disso, o ICMS havia sido novamente pago pela empresa Alfa quando da apuração do tributo sobre as notas fiscais de saída. Seguindo o procedimento padrão da SEFAZ/AL, o auditor exigiu a documentação comprobatória do crédito, a fim de identificá-lo pelo cotejamento do ICMS devido nas operações submetidas à substituição tributária e o declarado no documento fiscal. Após análise, a compensação foi indeferida, uma vez que apenas algumas mercadorias estavam classificadas com o correto código especificador da substituição tributária (CEST).

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto respondendo aos seguintes questionamentos, de forma justificada, com base na legislação do estado de Alagoas.

1 A incorreta classificação das mercadorias pelo fornecedor gerou dano financeiro à empresa Alfa?

---

---

---

---

---